



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**ORRELY MESSIAS OLIVEIRA**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

**SUMÉ - PB**

**2019**

**ORRELY MESSIAS OLIVEIRA**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada em  
Educação do Campo.**

**Orientador: Prof. Dr. Fabiano Custódio de Oliveira**

**SUMÉ - PB**

**2019**

O482e Oliveira, Orrely Messias.

O ensino de geografia na educação de jovens e adultos no Município de Serra Branca - PB. / Orrely Messias Oliveira. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

48 f.

Orientador: Professor Dr. Fabiano Custódio de Oliveira.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Ensino de Geografia. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Serra Branca – PB - EJA. I. Oliveira, Fabiano Custódio de. II Título.

CDU: 911:37(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**ORRELY MESSIAS OLIVEIRA**

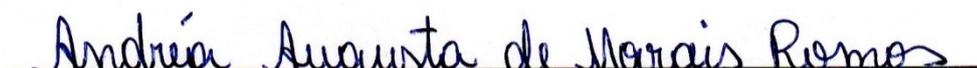
**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

**BANCA EXAMINADORA:**



**Prof. Dr. Fabiano Custódio de Oliveira  
UFCG/CDSA/UAEDUC  
Prof. Orientador**



**Prof.ª Esp. Andrea Augusta de Moraes Ramos  
SEDUCSB - PMSB  
Prof. Examinador 01**



**Prof.ª Esp. Adriana Farias do Nascimento  
SEDUCS - PMS  
Prof. Examinador 02**

**Trabalho Aprovado em: Julho de 2019.**

**SUMÉ – PB**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus que por meio da minha fé me deu forças para seguir em frente e vencer os obstáculos e as dificuldades na caminhada acadêmica, foi onde busquei forças para não desistir ancorando-se na fé. Obrigada por tudo.

Aos meus pais Maria Sueli Antonino e Antônio Messias Sobrinho, que me proporcionaram condições e apoio para que eu seguisse em frente em todos os momentos.

Aos meus familiares os tios Espedito Sebastião de Oliveira e Maria Marinho que me deram todo apoio em sua casa tiveram paciência e me incentivaram nessa etapa de minha vida.

Aos meus primos em especial Leônia Marinho de Oliveira que sempre se dispôs a me ajudar com apoio, dedicação e incentivo.

Aos os meus colegas de curso que foram sempre muito companheiros ajudando uns aos outros e compartilhando seus aprendizados.

Ao meu orientador Fabiano Custódio de Oliveira pelo o apoio, dedicação e paciência oferecendo sempre o melhor de si como ser humano e profissional.

A escola visitada Senador José Gaudêncio, pois me receberam muito bem colocando-se a disposição abriu as portas para que fosse realizado a pesquisa.

Aos professores que constitui a unidade acadêmica da UAEDUC e do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Que contribuíram na construção do conhecimento para a minha formação.

Enfim, a todos que estavam ao meu lado nessa etapa tão importante da minha vida e que de alguma forma direta ou indireta contribuíram para a construção desse trabalho.

Obrigada a todos!

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida na E.E.E.E Regular Senador José Gaudêncio, localizada no município de Serra Branca PB, teve por objetivo realizar um diagnóstico do ensino de Geografia no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Para iniciarmos esse processo começamos com uma breve discursão bibliográfica sobre a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil, resgatando e refletindo o processo de transformação da mesma, em seguida problematizei o ensino de Geografia na EJA nos dias atuais, onde foi possível discutir algumas considerações de autores a cerca da problemática do ensino. Em seguida foi promovida uma análise em relação ao ensino e as metodologias aplicadas nas aulas de geografia da EJA. Para obtermos os resultados no presente trabalho baseamos em estudos empíricos realizados com os alunos do ensino médio da educação de jovens e adultos da E.E.E.E Senador José Gaudêncio de Serra Branca PB. No decorrer do trabalho foram aplicados questionários para alunos e professores dessa instituição escolar, onde procuramos debater sobre metodologias de ensino aprendizagem de geografia na EJA aplicada na referida escola.

**Palavras-Chave:** Ensino de Geografia. Educação de Jovens e Adultos. Metodologias.

## RESUMEN

La investigación fue desarrollada en E.E.E.E Regular Senador Jose Gaudencio, ubicada en el municipio de Serra Branca PB, dirigido a lograr un diagnóstico de la Geografía no ámbito de la Educación de Jóvenes y Adultos. Para comenzar este proceso comenzamos con un breve discurso bibliográfico sobre la trayectoria de la educación de jóvenes y adultos en Brasil, rescatando y reflejando el proceso de transformación del mismo, luego cuestioné la enseñanza de la Geografía en el EJA en los días actuales, donde fue posible discutir algunas consideraciones de autores sobre el problema de la enseñanza. Después se promovió un ensayo en relación a la enseñanza y metodologías aplicadas en las clases de geografía del EJA. Obtener los resultados en el presente trabajo basados en estudios empíricos con estudiantes de secundaria en educación juvenil y de adultos de la E.E.E.E Senador Jose Gaudencio de Sierra Blanca PB. En curso del estudio, se aplicaron cuestionarios para alumnos y profesores de esta escuela. Donde tratamos de discutir metodologías de enseñanza de la geografía en el EJA se aplica a esta escuela.

**Palabras-clave:** Docencia en geografía. Educación Juvenil y de adultos. Metodologías.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b>	Quantidade de alunos .....	33
<b>Gráfico 2</b>	Moradias .....	34
<b>Gráfico 3</b>	Estado Civil .....	34
<b>Gráfico 4</b>	Quantidade de alunos que trabalharam .....	35
<b>Gráfico 5</b>	Disciplinas que mais gostam .....	37
<b>Gráfico 6</b>	Gostam de estudar geografia .....	38
<b>Gráfico 7</b>	Palavras que mais lembra geografia .....	40
<b>Gráfico 8</b>	Forma que estuda geografia .....	41
<b>Quadro 1</b>	As taxas de rendimento da escola.....	32
<b>Quadro 2</b>	Para você o que a geografia estuda?.....	39
<b>Quadro 3</b>	Na região norte ou amazônica predomina o clima quente e úmido que, por sua vez, favorece o desenvolvimento de uma densa e emaranhada floresta.....	43

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....</b>	<b>11</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA.....	11
2.2	PRIMEIRA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS.....	12
2.3	O SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	14
2.4	EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM 1960 E NO PERÍODO PÓS-1964.....	15
2.5	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DOS ANOS 1990.....	17
2.6	AS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEA PARA EJA: NOVOS PROGRAMAS E ANTIGOS DILEMAS.....	19
2.7	O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA EJA.....	23
2.8	A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS JOVENS E ADULTOS.....	25
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
3.1	A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	28
3.2	PESQUISA QUALITATIVA.....	28
3.3	O QUESTIONÁRIO.....	29
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	30
<b>4</b>	<b>A EJA NA ESCOLA SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO.....</b>	<b>31</b>
4.1	APRESENTANDO A ESCOLA SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO.....	31
4.2	PERFIL DOS ALUNOS.....	33
<b>5</b>	<b>A GEOGRAFIA NA EJA NO CONTEXTO ESCOLAR.....</b>	<b>36</b>
5.1	A GEOGRAFIA ENSINADA SEGUNDO A PROFESSORA DE GEOGRAFIA DA ESCOLA.....	41
5.2	SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA A EJA.....	42
5.2.1	1ª Atividade.....	42
5.2.2	2ª Atividade.....	43
5.2.3	3ª Atividade.....	44
5.2.4	4ª Atividade.....	44
5.2.5	5ª Atividade.....	44
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
	REFERÊNCIAS.....	47

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho surge a partir da necessidade de compreender a metodologia de ensino usada para a Geografia na Educação de Jovens e Adultos. O foco principal é, a geografia trabalhada em sala de aula. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta no atual contexto grandes dificuldades com baixo rendimento de aprendizagem e alto índice de evasão, e é necessário que tenhamos um conhecimento aprofundado dessa situação, para que possamos refletir sobre a qualidade de ensino que temos hoje.

A educação de jovens e adultos vem sofrendo a décadas com a falta de investimento, de incentivo, e conseqüentemente o que temos hoje é uma educação defasada com pouca estrutura de ensino e com baixo rendimento de aprendizagem. Com isso encontrar professores e alunos desmotivados e acomodados, esses professores já carregam em suas trajetórias problemas relacionados a extensa jornada de trabalho e baixos salários, afetando ainda mais a educação de jovens e adultos.

Desta forma, a nossa pesquisa teve por objetivo geral:

- Realizar um diagnóstico da do ensino de Geografia na Escola A E.E.E.M Senador José Gaudêncio no âmbito da Educação de Jovens de Adultos.

Como também, os seguintes objetivos específicos:

- Realizar uma breve discussão bibliográfica sobre o ensino de Geografia e a Educação de Jovens de Adultos;
- Caracterizar a escola pesquisada;
- Construir um perfil dos alunos que estudam a EJA na escola;
- Construir um perfil do professore de Geografia que leciona na EJA;
- Identificar os conteúdos, metodologias, atividades, recursos didáticos e avaliação, que fazem parte no ensino de Geografia no âmbito da EJA;
- Propor algumas atividades para serem trabalhadas na EJA no ensino de Geografia.

A estrutura desse trabalho foi feita da seguinte forma: A segunda seção tem com título “A educação de jovens e adultos e o ensino de geografia”, que trata do início da história da

educação de jovens e adultos, de como se deu esse começo, quais foram os propósitos da criação de uma educação voltada para esse público, destacando suas transformações até os dias atuais e sua relação com o ensino de Geografia.

A terceira seção tem como título “Caminhos Metodológicos” foi estruturado da seguinte forma: a importância da pesquisa, fazendo referência bibliográfica e detalhando os materiais usados para a realização desse trabalho, mostrando a importância da pesquisa qualitativa e quais métodos foram usados para realizar a coleta de dados e análise dos dados.

Na quarta seção foi feita a caracterização geral da escola onde relata a sua história, logo em seguida é apresentado gráficos dos questionários que indica a percentagem das respostas recolhidas, mostrando uma visão geral das metodologias aplicadas e o contraste entre a visão do professor com o dos alunos. Por fim é apresentado as considerações finais com uma reflexão sobre o tema abordado.

## 2 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A história da educação de jovens e adultos – EJA – no Brasil é repleta de ações e programas que destacam a educação básica, tendo como foco os programas de alfabetização para o combate ao analfabetismo. Para o público jovem e adulto, ainda que não seja o principal objetivo, existe um estímulo à profissionalização, mesmo que de forma indireta. De um lado existe também o incentivo a aprendizagem da leitura e escrita, na intenção de proporcionar aos jovens e adultos o “direto” de voto; em contra-partida esse estímulo a alfabetização veio cheios de cobrança econômicas a uma aprendizagem que tenha noções básicas da cultura letrada (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Baseando-se na análise das políticas públicas que tem tido vitalidade nas últimas décadas, nota-se que a EJA vem construindo uma nova identidade focando na qualificação profissional, em algumas situações ofertando curso de rápida duração, e centralizando os segmentos que mais são vítimas do presente modelo de acumulação capitalista. Essa circunstância Almeida e Corso (2015) destaca que devemos compreender a trajetória da EJA no Brasil com avanços e também retrocessos no que diz respeito ao processo de contradições da sociedade capitalista, influenciadas pelas marcas da dupla face estrutural.

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA

Almeida e Corso (2015) destaca que os estudos de Vanilda Paiva (1987) e Celso Beisegel (1974) são referências para quem tem como objetivo entender as fontes mais distanciadas, buscando a tradição da EJA no Brasil. Em relação ao período do regime militar, de 1964 a 1985, trabalhos que foi publicado por Sérgio Haddad trouxeram uma grande contribuição para uma melhor compreensão da EJA neste período.

Na década de 1930 é marcado pelo processo de transição e estruturação do Brasil urbano-industrial e tem como prioridade satisfazer as elites rurais, nasce aí uma nova configuração de acumulação do capital no país. Esse procedimento fez uma mudança significativa no que se refere a formação e qualificação e diversificação da força de trabalho. Priorizando a adaptação psicológica e física as técnicas e a disciplina da fábrica, para divulgar uma concepção a favor a uma ideia de mundo que se prende as novas exigências de acumulação do capital. De modo que cabia agora a elite brasileira, ditar as principais regras mínimas de educação a todos, tendo então a prudência de não colocar em risco o controle

ideológico e a exploração que eles exercem sobre a classe trabalhadora (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No período da política brasileira que é denominado de Estado Novo (1937- 1945) foram realizadas direcionadas algumas respostas a essas demandas educacionais, tornando institucionais nas leis orgânicas de ensino, estabelecida pela a Reforma Capanema<sup>1</sup>, na década de 1940. Deste modo foi estabelecido parâmetros que construíam uma política educacional com dois princípios contraditórios, que diminuía ao limite das primeiras letras ao percurso escolar dos trabalhadores e de seus filhos, atendendo de forma precária as crescentes necessidades de inclusão no sistema educacional, e tem como complemento um ensino profissionalizante que sempre permanece no mesmo caminho (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC) chefiado pelos empresários que tomaram para si a função técnico-político da classe trabalhadora na participação no mercado de trabalho (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Com o fim do Estado Novo e o aumento do capitalismo industrial no Brasil, nasce outras exigências educacionais e a principal função era aumentar o grupo eleitoral e preparar mão de obra para a indústria em expansão. Nesse contexto o estado brasileiro foi obrigado a implantar políticas de área nacional com a finalidade de atender a educação de adultos. A opção que foi dada aos que foram excluídos do sistema regular de ensino e do sistema educacional paralelo de ensino profissionalizante, são as campanhas de alfabetização em massa que aconteceram no final dos anos 1940 e no início dos anos 1960 (ALMEIDA; CORSO, 2015).

## 2.2 A PRIMEIRA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil que começa na década de 1940, feita por meio de uma intensa literatura que retrata esse tema, mostra na verdade a ausência de políticas pública se o fracasso ao promover a escolarização da população. De acordo com (ALMEIDA; CORSO, 2015) a primeira iniciativa pública que ocorre no Brasil visa priorizar:

---

<sup>1</sup> Reforma Capanema nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizado durante a era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalista de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “estado novo”.

[...] O atendimento do seguimento de adolescentes e adultos, ocorreu em 1947 com da primeira campanha a nível nacional de educação de adolescentes e adultos (CEAA), iniciada pelo Ministério da educação e saúde na coordenação de Lourenço Filho [...] uma campanha que percebia a educação como um processo e destinava-se a proporcionar ao indivíduo, segundo suas capacidades, as instruções essenciais para o domínio da cultura do seu tempo, tais técnicas tinha como finalidade facilitar o acesso a cultura para que cada homem procurasse integrar melhor na sociedade (ALMEIDA; CORSO, 2015. p. 1287)

A intensão era fazer com que os brasileiros iletrados, tanto da zona rural quanto da zona urbana tivesse acesso a essa educação e que por meio dela eles fossem estimulados a um possível desenvolvimento social e econômico, um processo educacional que tinha por finalidade promover as melhorias nas condições de vida da população

Em uma análise feita a um material que foi publicado pelo o Serviço de Educação e Adultos (SEA) do Ministério de educação e saúde que tinha como destino o SEAs dos estados e aos professores das classes de ensino supletivo. Esse material foi produzido na década de 1940 e durante os anos de 1950, (ALMEIDA; CORSO, 2015) ver afirmações que mostram concepções que deram força a organização da campanha as autoras destacam que:

O estudo dos documentos revelaram, que a solução dada para resolver os problemas da sociedade seria o investimento na educação. Outro conceito encontrado nesse documento diz respeito ao papel do alfabetizador, colocado como aquele que tem uma missão a ser cumprida. Existia uma visão muito preconceituosa em relação ao analfabeto a ignorância, a pobreza, falta de higiene era “culpa” atrelada diretamente a sua existência. Podemos ver nessa frase encontrada em um dos documentos da campanha, onde afirma que “ ignorância popular e escassa produção econômica anda sempre juntas (ALMEIDA; CORSO, 2015. p. 12-87)

Acreditava-se que ensinar a adolescentes e adultos seria mais fácil, e por causa disso qualquer pessoa poderia exercer essa função. Assim não precisaria formar e qualificar profissionais específico para isso. Se não tem profissional qualificado, também não será necessário a remuneração que condiz com um docente preparado. E é claro que não foi com incidência que a campanha procurou agregar um grande número de “voluntários”.

No começo da década de 1950, 55% da população brasileira maiores de 18 anos eram de analfabetos. Apoiada nessa realidade, e no conceito de educação funcional, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) incentivou um movimento que estimulou a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos que tinha como objetivo atender as regiões conhecidas como mais atrasadas do Brasil. Depois do primeiro congresso de educação de adultos, realizado em 1952, foi criado a

Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), feita para atender a região Nordeste. Logo nesse congresso foi legitimada a frase “ser brasileiro é ser alfabetizado”, essa ideia buscava mostrar a importância da educação de adultos para a democracia defendia a alfabetização em nome da cidadania (ALMEIDA; CORSO, 2015).

### 2.3 O SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Nos primeiros anos, a Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos teve êxito, mas tempo depois ela viveu seu momento de declínio, por causa desses baixos resultados o Ministério da educação convocou, em 1958, o segundo Congresso Nacional de Adultos.

De acordo com Almeida e corso (2015) foi realizado um seminário em Belo Horizonte, que tinha o intuito de preparar o segundo congresso nacional, a delegação Mineira fez uma crítica a campanha desenvolvida no estado as precárias condições de funcionamento, as poucas frequências e aproveitamento dos alunos, os professores mal remunerados e em consequência disso desqualificados, o material didático não condizia com a realidade da população. Sobre o corpo docente o documento pontuava que o vencimento não era para os professores mais preparados ou mais dedicados e sim mais necessitados

As delegações que estavam no segundo congresso, de maneira igual não pouparam críticas a campanha. A falta de manutenção dos prédios escolares, a baixa qualidade dos métodos de ensino e a falta de preparação profissional do professor de adultos são alguns aspectos que foram abordados. A delegação do Pernambuco, da qual fazia parte um grupo emergente professores que tinha como um dos integrantes Paulo Freire, foram muito além dessa crítica, propondo a necessidade de uma maior comunicação entre educador e educando; e a adequação dos conteúdos a realidade das classes populares (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Essas críticas referida a campanha mostraram o tamanho da fragilidade das concepções das quais se basearam sua execução. Apesar de ter sido uma criação, que alcançou todo território nacional, com uma estrutura mínima de atendimento, organizada em torno dos serviços de educação de adultos, a campanha não contribuiu em nada para uma efetiva valorização do magistério, manteve insuficiente a remuneração e qualificação dos professores.

No final da década de 1950 e início dos anos 1960 registra-se um grande movimento da sociedade civil em relação as reformas de base. O Brasil passava por importantes transformações sociais, políticas e econômicas. Esse novo conjunto contribui para uma modificação das iniciativas públicas com relação a educação de adultos (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No ano de 1963, o ministério da educação acabou com a campanha nacional de educação de adultos, que teve início no ano de 1947; dando a Paulo Freire a responsabilidade de dedicar-se na criação de um programa nacional de alfabetização. Esse movimento, assim como as outras iniciativas da sociedade civil que tinha como prioridade a transformação social, e foi censurada pelo golpe militar de 1964 (ALMEIDA; CORSO, 2015).

#### 2.4 A EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM 1960 E NO PERÍODO PÓS-1964

No contexto de 1960- 1964 onde circundava uma crise de liderança da classe dominante no tempo em que nota-se o crescimento político dos trabalhadores, há um combate desses dois conceitos de educação de adultos: um era a percepção de uma educação libertadora, um processo de conscientização e outro que entendia como educação funcional, era uma preparação para a mão de obra na intenção de tornar o indivíduo mais produtivo e útil no plano de desenvolvimento nacional dependente (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Algumas práticas da educação de jovens de e adultos foram criados nesse campo, que vincula-se a valorização da educação e da cultura popular ao crescimento da participação da população no processo político. É o que mostra o movimento da cultura popular (MCP), nascido em 1960, pela prefeitura municipal do Recife, e, depois ampliada pelo governo do estado de Pernambuco e algumas cidades do interior do estado. Para o MCP, a educação fornecida como possibilidade que proporciona as intelectuais para a elucidação dos trabalhadores, aumentaria a participação deles no processo de transformação social (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No ano de 1961 foi criado o movimento de educação de base (MEB), no comando da Conferencia nacional de Bispo do Brasil (CNBB), liderado por progressista da igreja católica, planejado ao redor da juventude operaria e da juventude universitária Católica, suas raízes eram vindas das experiências de educação radio fônica, investidas pelo episcopado no nordeste brasileiro (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Ainda nesse ano, 1961, incentivado pelas grandes manifestações populares, começa a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, desenvolvida pela secretaria de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. A campanha tinha como objetivo rápida extensão das oportunidades educacionais para toda população da região. As necessidades financeiras e institucionais para a realização de um programa de grande proporção estimularam a construção de acampamentos escolares abertos, na qual alfabetizavam crianças e adultos das classes populares. Tinha, também, bibliotecas, centros de formação de professores, círculos de leitura, praças de cultura e esportes, etc.

Almeida e Corso (2015) destaca que Paulo Freire junto com sua equipe, no trabalho de extensão cultural da Universidade de Recife, conquistavam espaços com suas experiências de alfabetização de adultos que se visibilizavam das demais, na busca de conteúdos da educação do povo nas verdadeiras condições de existência de homem comum. Paulo Freire criou um novo arcabouço conceitual e uma nova postura epistemológica para os processos de alfabetização popular.

No golpe de 1964, o Brasil entrou na fase capitalista monopolizada de estado. O Estado ao mesmo tempo em que construiu uma base econômica modernizadora, continuou-se aprofundando na dependência do imperialismo, as diferenças regionais e as desigualdades na distribuição de renda. Para Haddad e Di Pierro (2000) o golpe militar produziu um desligamento político, os movimentos de educação e cultura popular sofreram repressão e os que estavam a frente desses movimentos foram censurados. ALMEIDA e CORSO, (2015) destacam que:

A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi destruída e seus líderes foram presos. Nos primeiros anos da ditadura militar jogaram de lado a questão em torno da educação de adultos, isso chama a atenção internacional e a Unesco interfere nas orientações pedagógicas e técnicas para a área e passam a ser da responsabilidade e orientação de técnicos americanos (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1290)

Foram três as ações criadas para a EJA pelo regime civil militar. No primeiro momento o governo militar autoritário criou a cruzada ação básica cristã (Cruza ABC). Organizada como programa de impacto estadunidense, tendo financiamento e acordos MEC-USAID, conceito da segurança nacional, a cruzada tinha em vista integrar e subordinar ao capital internacional. Sua ação estreitou-se, apenas a distribuir alimentos na intenção de aumentar a frequência escolar

Para responder aquele período de mobilização social, o governo militar criou o movimento Brasileiro de alfabetização (MOBRAL) manteve-se presente por quinze anos.

Com uma grande diferença do que era realizado antes pelos os movimentos de alfabetização, o MOBREAL deu importância as iniciativas, como órgão de concepção para executar, com restrição o conceito de alfabetização a única função de aprender ler e escrever (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Fávero (2009) destaca que o MOBREAL foi a mais rica campanha de alfabetização do país, pois, seus recursos eram captados da transferência voluntária de 1% do imposto de renda devido por empresas e 24% da renda líquida da loteria esportiva. E não teve resultado satisfatórios, fizeram grandes críticas ao programa entre elas, a manipulação dos resultados, em relação à alfabetização e também em relação ao impacto de outras formas de ação do movimento, inclusive acrítica sobre o seu próprio sentido e objeto.

A terceira ação do regime foi o ensino supletivo, regularizado pela a Lei n 5.692/71. Só na lei de Diretrizes de Base da Educação n 5.692/1971 foi estabelecido, pela a primeira vez na história, um capítulo especial para educação de Jovens e adultos: o capítulo IV que versava sobre o ensino supletivo. Uma lei que reconhecia a educação de jovens e adultos como direito à cidadania, mas limitou o dever do estado a faixa etária de 7 a 14 anos (HADDAD, 2006).

O ensino supletivo, no comando de gestão autoritária e no conservadorismo moderno do país, teve o seu próprio estatuto, mas não garantiu, sua unidade como ensino regular. O princípio de um maleável, raciocínio do ensino supletivo, fez com que aumentasse o índice de evasão na EJA, era um processo que reduzia a aprendizagem de instruções cotidianas nos módulos instrucionais sem completar o espaço social de vivência educativa (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Só em 1985, no começo da nova república, o Mobreal deixa de existir e cria-se a função educar. Em alguns sentidos a função educar deu continuidade ao Mobreal, mas, com algumas mudanças significativas, tais como a dependência estruturada do MEC e a transformação em órgão de fomento e apoio técnico, ao invés de instituição de execução direta (ALMEIDA; CORSO, 2015).

## 2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DOS ANOS 1990

Na constituição de 1988 mostra avanço no ponto de vista normativo aumentando o dever do Estado com todos aqueles que não tem escolaridade básica, independentemente da idade. O Estado deve investir 50% dos recursos de impostos ligados ao ensino para combater o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental (HADDAD, 2006).

Almeida e Corso (2015) destacam que o governo Collor registra o atraso profundo em relação aos avanços alcançados na década de 80. Em 1990 acabaram com a Fundação Educação, que coordenava as atividades antes desempenhada pelo MOBRAL. O MEC começa nesse ano o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que também acabou após um ano de funcionamento por falta de investimento financeiro

No governo de Fernando Henrique, aumentou e aprofundou as reformas neoliberais, dando início a contínuas ações na área educacional onde reforça ainda mais a irresponsabilidade do estado em relação a educação de Jovens e adultos e transmite para a iniciativa privada e para filantropia a responsabilidade do seu atendimento. O governo acabou o único emissor de diálogo com a sociedade civil organizada por meio da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA) e com o Programa Alfabetização Solidária, enviou a esfera da filantropia uma grande parcela da responsabilidade pública ao enfrentamento do analfabetismo (HADDAD, 2008).

Finalmente, ao criar o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) restringiu os jovens e adultos pela via econômica, ao calcular-se o ensino supletivo no número de alunos da rede do ensino fundamental, recolhendo dessa modalidade um direito subjetivo (CURY, 2005).

A muitas perdas acumuladas na década de 1990, como a diminuição da idade para prestar exames para o supletivo, exigido por lei. A idade mínima para ingressar no ensino fundamental ficou estabelecida em 15 anos e o ensino médio 18 anos. A EJA continuou com características do supletivo e de aceleração do ensino regular (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Segundo Haddad (2008) o contexto da reforma do Estado e do sistema da educação, tinha o interesse afastar os atrasados do ensino regular, pois permitiria diminuir o pressionamento da demanda, por outro lado o estado adotaria pacotes instrucionais conveniados com a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Roberto Marinho.

A idade nova da EJA, expandida, dividida, desigual e complicada mostrou-se nas atividades proposta pelas diferentes entidades, em especial, pelo grande número de experiências desenvolvida como recurso do fundo de amparo ao trabalhador (FAT), direcionada a alfabetização, á educação básica, ou aos recursos profissionalizantes de nível básico (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Essa técnica caracteriza dois tipos de movimento para a história da EJA durante a década de 1990; a repetição da histórica variação e falta de efetivo compromisso a categoria, e a redução da oferta e abaixa complexidade do que era oferecido, negando o epoderamento das novas tecnologias e das novas formas de processo de trabalho aos estudantes jovens e adultos.

## 2.6 AS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEA PARA EJA: NOVOS PROGRAMAS E ANTIGOS DILEMAS

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocorre a ampliação da educação profissional. No então o governo passou-se a referir a alfabetização de jovens e adultos como área de interesse próprio, associando-se as matrículas ao financiamento do FUNDEB e desenvolveram-se várias determinações distribuídas em diferentes ministérios no período entendido entre 2002 a 2006 direcionadas os jovens e adultos trabalhadores. Entre estas destacam-se: Brasil alfabetizado, Saberes da terra, Proeja, Escola de fábrica, Exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos, ENCEJA, Consórcio social da juventude, Juventude cidadão, Plano nacional de qualificação, A gente jovem, Soldado cidadão, Programa Nacional na educação na reforma agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da educação e Ministério do trabalho), Plano nacional de qualificação, PNQ, (TEM), Projeto de profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem- PROFAE (Ministério da saúde), Programa de assistência e cooperação das forças armadas a sociedade civil/Soldado cidadão (Ministério da Defesa) (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Segundo Kuenzer (2006) esses programas são classificado em três linhas programáticas que propõem a organização e a operacionalização a política e educação profissional e tecnológica.

No primeiro momento ela se constitui uma proposta reformulada do plano nacional de qualificação do trabalhador -1995/2002- (PLANFOR), o plano nacional de qualificação -2003/2007- (PNQ), esse financia ações através do concelho estaduais e municipais do trabalhador, com os recursos cada vez mais minguado do fundo de amparo ao trabalhador. A segunda linha, reuni os programas que apresentam efetiva vinculação da educação profissional com a educação básica, tais como o programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA), o programa de expansão da educação profissional (PROEP) o programa nacional de inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação comunitária (PROJOVEM) e o programa nacional de integração da educação profissional a educação básica, na modalidade de educação jovens e adultos (PROEJA) , os dois criados no governo Lula . Na terceira e última linha reuni ações que tem origens no plano nacional de estímulo ao primeiro emprego – PNPE, Lei. N 10748 de 22 de outubro de 2003, comandado pelo Ministério do trabalho e emprego como os projetos Consórcio social da juventude, Empreendedorismo juvenil, Soldado cidadão, vinculado á secretaria Geral da presidência da República por meio da secretaria especial dos direitos humanos, articulado ao ministério do trabalho está o projeto juventude cidadã, que substituiu o serviço civil voluntário (ALMEIDA; CORSO, 2015. P. 1291).

De acordo com as autoras o compromisso do Estado com a educação pública obrigatória manteve-se no limite do ensino fundamental. A partir desse ponto, o Estado assegura o financiamento reduzido apenas para atender as demandas de formação de quadros

de produção de ciência e tecnologia nos limites do papel que estende-se na divisão internacional do trabalho, ou seja, no atual quadro da progressiva redução do emprego formal. Dessa maneira, com o contínuo afastamento do Estado de suas responsabilidades com a educação, esses níveis vão sendo constantemente assumidos pela iniciativa privada.

A partir de 2003 nota-se que há um investimento mais aprofundado na educação profissional, no entanto, as iniciativas privadas continuam sendo privilegiadas pelos recursos públicos para seus investimentos. As palavras-chave são: direito ao aprendizado e oportunidade. Ao Estado, cabe assegurar a oportunidade e, para a aprendizagem, serve qualquer instância, seja pública ou privada. Nesse sentido, o Estado garante o apoio exterminado como problemática a histórica desigualdade social das classes adversárias (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No modelo atual de trabalho ineficiente – subcontrato, de tempo parcial, temporário, por conta própria, sem carteira – os trabalhadores se sujeitam ou menos incorporam a cultura da flexibilidade e da rotatividade de empregos com meio de manutenção da empregabilidade, concordando com as diferenças salariais e conseqüentemente perdendo os direitos e benefícios sociais em relação aos trabalhadores formais. No mundo dos desempregados, a lógica das competências leva a uma alta condenação pela situação de exclusão e a busca da empregabilidade, obriga o trabalhador desempregado a ser competente para manter ou até mesmo “criar” o seu próprio trabalho. Essa busca da “empregabilidade” no mercado de trabalho é vazia de significado, pois é instruída e pela pouca escolaridade e pela falta de políticas de trabalho e renda com a concepção de criação de novos postos de trabalho. (DELUIZ, 2004)

De acordo com Ramos (2005) as iniciativas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, deram ao marco legal e político para a retirada do Estado e da educação profissional, modificada em objeto de parceria entre governo e sociedade civil. A sustentação financeira dessas políticas esteve nos recursos oriundos do tesouro nacional, distribuídos em diversos Ministérios: no fundo de amparo ao trabalhador – FAT; nos empréstimos internacionais; e nos fundos geridos privadamente como é o caso do chamado sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESI, SESC E SEBRAE). A gerência desses recursos favoreceu, por um lado, a ampliação da educação profissional que tivesse a iniciativa privada como mantenedora, a partir de um investimento público em infraestrutura; e por outro lado, a redução de cursos de qualificação oferecidos por instituições governamentais e não governamentais, sustentados por recursos públicos, mas que isentavam de investimento em infraestrutura.

Apesar da importância de algumas medidas adotadas, como é o caso da inclusão da EJA no fundo de desenvolvimento de educação básica (FUNDEB), não se organizaram em política de estado; restringiram-se a sobreposições de ações de vários setores do governo, particularmente, realizadas por meio da adesão por interesses nos recursos dos programas federais, e/ou por meio da parceria pública privada (ALMEIDA; CORSO, 2015).

A política para EJA privilegiou programas de menor institucionalidade, ligado a alfabetização de adultos e a elevação de escolaridade e/ou educação profissional. Diante da complicação e da amplitude desses três eixos da modalidade, (ALMEIDA; CORSO, 2015) trazem para discussão o Pró-jovem e o proeja, pois nesses dois acharemos uma constante: as limitações do trabalhador em que são obrigados a escolher entre estudar ou sobreviver, e portanto, abandonam a escola.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação, e Ação Comunitária (Pró-jovem) volta-se para a conclusão e certificado do ensino fundamental planejado a formação profissional inicial para um público de 18 a 29 anos. Esse programa foi criado em 2005, sendo parte das ações da política nacional de juventude e sua proposta inicial era a inclusão de jovens por meio da elevação de escolaridade, da profissionalização básica e da ação comunitária. Sua criação possuía caráter emergencial, com um prazo de 18 meses (anteriormente eram 12 meses), material pedagógico próprio a um auxílio de custo. Estabelece – se, portanto, de 360 dias letivos, de 4 horas de atividade cada um, cinco vezes por semana. Isso significa um total de 1440 horas de aula ao final desse percurso, ou seja, ao final de 72 semanas de 20 horas cada uma. O curso é organizado em seis unidades formativas e cada uma delas deve ser desenvolvida em 12 semanas, totalizando 72 semanas de aulas e 1440 horas (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Com a reestruturação do projeto pelo o decreto n 6.629/08, que uniu vários programas sociais para juventude desenvolvidos por órgão federais e passa a ser chamado de Pró-jovem integrado, com quatro linhas de atuação: O Pró-jovem urbano, sob a responsabilidade do ministério da educação; o Pró-jovem adolescente – Serviço sócio educativo, sob responsabilidade do ministério do desenvolvimento social e combate a fome, consiste na reconstrução do programa agente jovem; O Pró-jovem trabalhador sob a responsabilidade do ministério do trabalho e emprego, integrou de forma unificada os programas escolas de fábricas, juventude cidadão e consórcio social da juventude; e, por fim, o Pró-jovem campo, sob a coordenação do ministério da educação, equivale na renovação do programa saberes da terra (ALMEIDA; CORSO, 2015).

O aspecto do Pró-jovem urbano, ou mesmo do Pró-jovem integrado como um todo não supera limites de origem, quais sejam: o seu afastamento do campo da EJA e o sistema educacional, o seu modelo de programa emergencial; sua proposta de qualificação profissional direcionada para o exercício do trabalho simples e sua formação prática. Teoricamente valoriza o saber empreende-se e, servi a certificação exonerada dos conhecimentos básicos exigidos nessa etapa de ensino, beneficiando o aumento dos indicadores de escolaridade da população (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Na tentativa de agregar a educação profissional à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, criou-se o proeja, estabelecido como programa educacional brasileiro pelo decreto n 5.840, de 13 de julho de 2006 para todas as esferas de ensino estadual, municipal e federal. Vale frisar que esse decreto advém de uma expansão do decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o programa, mas, no entanto, diminuía o acréscimo ao âmbito das instituições federais de educação tecnológicas e ao nível médio (ALMEIDA; CORSO, 2015).

O Proeja caracteriza-se como uma proposta inédita no Brasil, no sentido da oferta de educação de jovens e adultos (EJA) adaptada a formação profissional. Suas finalidades são de inclusão social por meio da capacitação para o trabalho acompanhado do acréscimo da escolaridade.

A partir desse âmbito, o PROEJA tem como concepção a proposta de incorporação da educação profissional à educação básica buscando superar o dualismo do trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua compreensão criadora e não alienante. Isso determina a construção de respostas para vários desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, utilizando-se de metodologia e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros (ALMEIDA; CORSO, 2015).

De acordo com Ventura (2007), o que hoje está terminante legalmente como possibilidade de inserção ou articulação entre as duas modalidades (EJA e Educação Profissional) tem marcas históricas no Brasil por característica que as colocam em uma mesma trajetória, as duas destinaram-se a classe trabalhadora e sempre ocorreram como oferta educacional principalmente em correlato ao sistema regular de ensino.

## 2.7 O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA EJA

A generalização do ensino público, busca de certa forma ações e ideais capitalistas. Desde a sua origem a escola é um instrumento para reprodução aos interesses daqueles que dominam o Estado.

Antes do surgimento dos estudos geográficos nas universidades europeias, no final do século XIX a Geografia era vista como saber político, pois o Estado mantinha o poder desse conhecimento a fim de aumentar a expansão e operações militares, com isso o ensino de Geografia nessa época era exclusivo da classe burguesa. Em meados a década de 1930 e no início da de 1940 no Brasil as políticas educacionais eram dedicadas a capacitar mão-de-obra para as indústrias instaladas no país e para o comércio em segundo momento (ROMANELLI, 1978).

A partir de 1942 criam-se leis que garantem o ensino técnico-profissional, criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com o intuito de atender demandas da sociedade dada a carência de profissionais formados. Somente com a constituição 1988 que foi instituído o direito ao acesso ao ensino fundamental e médio gratuito mantido pelo estado (SILVA e NETO, 2010).

Andrade (1987) afirma que no Brasil os estudos geográficos se caracterizaram depois a revolução de 1930, no período oligárquico – surgiu a necessidade de institucionalizar o ensino de Geografia em nível superior, com a criação de universidade e criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, este órgão teve importante na produção de pesquisa geográfica que contribuíram várias universidades. (SILVA e NETO, 2010).

Na década de 1950 a Geografia esteve transpostas de tendências lablachiana chamada Geografia Tradicional<sup>2</sup>. A Geografia Quantitativa<sup>3</sup> teve seu período grandioso no final da década de 1960. No movimento de renovação de 1970 a geografia consolidou-se nos meios acadêmicos Brasileiros, com a denominada Geografia Crítica<sup>4</sup> com a inserção do

---

<sup>2</sup> Geografia tradicional: é uma corrente da geografia que abrange desde das formulações do geógrafo Friedrich até meados do século XX. O elemento de identidade mais importante dos geógrafos dessa tendência era a concepção de que a geografia consiste numa ciência de síntese ou ciência de contato entre as disciplinas que estudam a natureza e as da sociedade.

<sup>3</sup> Geografia quantitativa: É uma corrente de pensamento que surgiu da década de 1950 e promoveu grandes modificações na abordagem metodológica da geografia. Baseada no neopositivismo lógico essa nova corrente geográfica surgiu com a necessidade de exatidão através de conceitos mais teóricos e apoiados em uma explicação matemático- estatístico .

<sup>4</sup> Geografia crítica: É uma corrente que propõe romper com a ideia de neutralidade científica para fazer da geografia uma ciência apta a elaborar uma crítica radical a sociedade capitalista pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza.

materialismo dialético de Marx que se fortaleceu em frente as novas problemáticas postas a geografia. (ANDRADE, 1987).

Nesse momento aconteceram diversas mudanças. Segundo Valverde (1983) “floresceu a chamada geografia dialética”, da qual seguidores procuram aplicar e divulgar, na Geografia, os autores clássicos e moderno do socialismo científico: MARX e ENGELS, junto com GRAMSMI, ALTHUSSER e HARVEY. Silva (1984) diz que o ano de 1978 foi histórico para Geografia, pois o:

[...] o debate intelectual para além dos muros da academia e institutos, através, do livro de MILTON SANTOS, “POR UMA GEOGRAFIA NOVA” [...] o encontro da AGB em Fortaleza – CE [...] em meio ao grande número de trabalho ainda comprometidos com uma epistemologia pré-crise, apareceram, no entanto, quatro texto denunciadores publicamente do advento de uma nova realidade para geografia: David Harvey; Armando Côrrea da Silva; Carlos Walter Porto; Roberto Lobato Côrrea e de Armén Mamigonian (SILVA, 1983-84,p.76-78).

Valverde faz uma análise sobre a renovação Geográfica no Brasil 1976/1983 apontando “A situação do discurso crítico radical é, então, a então a de uma frente ideológica polarizada pelas categorias do materialismo histórico e dialético” (VALVERDE, 1983-1984, p.133). Entre essas contribuições destaca-se Moreira (1987) que cita a “geografia do professor” é a pratica social de uma ciência, por sinal o único momento amplo da pratica social da Geografia, também não temos o direito da irresponsabilidade epistemológica” O autor ainda faz dura crítica aos livros didáticos com conteúdos organizados sem a ligação natureza, homem economia N-H-E, (Moreira 1987) e com isso não instrumentalizando os alunos para uma visão de mundo contextualizada. Ressaltados os trabalhos importantes de Vlach; Vesentini (2008), Vesentini (2005), (SILVA; NETO, 2010).

A credita-se que essa prática social da Geografia é de muito valor para o estudante trabalhador, pois no Brasil, constatações acerca do público predominante das EJAS que são jovens e adultos das classes popular são alunos trabalhadores, e que a maioria destes alunos pararam de estudar por mais de cinco anos, e eles traz consigo uma história de vida que deve ser considerada no processo de ensino-aprendizagem, pois o aluno participa da construção do seu espaço. Sobre a historicidade do aluno e a importância para a compreensão da geografia, Resende (1989), destaca relação conteúdo–método que para o entendimento da constituição do todo, é necessário considerar seu espaço de vida, para que ele entenda que também faz parte e que é agente transformador, em um espaço em que a história da sociedade se reproduz (SILVA; NETO, 2010)

Cavalcante (2001) coloca que a relação da Geografia e a Geografia como matéria de ensino é complicada e forma uma unidade, mas são diferentes. Como ciência é construída de teorias, conceitos e métodos; como matéria de ensino de Geografia refere-se a um conjunto de saberes dessa ciência, e de outro como astronomia, economia, geologia, selecionados e convertidos para os conteúdos escolares necessários a educação. A autora ainda destaca que por causa dessa diferença a seleção dos conteúdos não devem ser somente lógicos formais, também devem ser pedagógicos, epistemológico, psicognitivos e didáticos (SILVA; NETO,2010)

Entende-se que o contexto ilustrado por Cavalcanti (2001), evidencia a necessidade de organizar os conteúdos para que tenha uma unidade teoria-prática tanto das teorias e conceitos de Geografia e que, sejam contemplados de teorias práticas da didática, considerando também a vivência do aluno para incentiva-lo a auto-reflexão. As ações didáticas também são pontuadas citadas autora que parte do princípio que a construção do conhecimento inicia-se no plano sensorial e depois no plano racional conforme segue.

Propiciar atividade mental e física dos alunos; considerar a vivencia dos alunos como dimensão do conhecimento; estabelecer situações de interação e cooperação entre alunos ;contar com a intervenção do professor no processo de aprendizagem dos alunos; apresentar informações conceitos e exercer memorização de dados; manter relação dialógicas com os alunos e entre os alunos; promover auto – reflexão e sócio- reflexão dos alunos; acompanhar e controlar resultado da construção de conhecimento pelos alunos. (CAVALCANTI, 2001, p.145-164)

Assim, para que o processo de interação e os objetivos de conteúdo- método e para que obtenhamos sucesso no processo aprendizagem do aluno, primeiramente passar por atitudes que considera o caráter subjetivo do aluno na construção do conhecimento, sua cultura conforme diz Cavalcante (2001). Dessa forma estaremos contribuindo para uma melhor formação dos estudantes.

## 2.8 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS JOVENS E ADULTOS

A principal razão de ensinar geografia na educação de jovens e adultos é pelo motivo dela ser uma ciência de paisagens e por espertar uma visão que liga o homem com o mundo, a Geografia é o caminho primordial para o auto conhecimento e também nos compreender melhor, nota-se toda imensidão do espaço e do tempo, onde estamos e para onde iremos, descobrir povos e suas várias relações com o ambiente. Ensina-se Geografia para que os

alunos possam erguer e desenvolver um entendimento do espaço e do tempo, fazerem “leitura constante e coesa do mundo” e dos intercâmbio que o sustenta e, dessa maneira, apoderar-se de conhecimento geográficos e usá-los como suporte para o seu crescimento pessoal e profissional e para sua convivência com os outros (ANTUNES,2012).

Seguido essa linha de raciocínio, constata-se que os objetivos de Geografia para a EJA, e fundamento que em todas as aulas tem que estar presente em todos os professores como destaca Antunes (2012):

- Conhecer ainda que de forma “seca”, a diversidade do planeta em que vivemos, entendendo como paisagens, lugares e territórios se transformam.
- Reconhecer e avaliar a vivência homem e ambiente e seus efeitos em diferentes espaço e tempo e, tornar constantemente capaz de construir referências para uma proposital participação e reação em questões socioambientais ao seu redor e do seu país.
- Conhecer a natureza em suas variedades de relações, de maneira a constatar de forma crítica o papel humano na edificação e na transformação do lugar.
- Compreender o espaço e o tempo dos fenômenos e a realidade geográfica, suas relações e dinâmicas.
- Notar que a desigualdade nas condições de vida e oportunidades de trabalhos, os direitos políticos, as multiplicações tecnológicas e as mudanças socioculturais são conquista que ainda não foram usufruídas tão pouco democratizadas por todos os habitantes em sua volta, do país e do mundo.
- Aprender a utilizar de procedimentos críticos de análise e pesquisa ligadas a geografia para entender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, suas relações, problemas e contradições.
- Usar sabiamente da linguagem cartográfica e da interpretação de gráficos e infográficos para pegar interpretações e representar a espacialidade dos fenômenos gráficos.
- Ser consciente na valorização do patrimônio sociocultural com sua sociodiversidade, reconhecendo-os como direito de todos e dessa forma fortalecer o sentimento de patriotismo, liberdade e de uma democracia.

Não existem pessoas sem nenhum conhecimento, e também não existem pessoas totalmente estuadas que os possa dispensar. Mesmo as que não tiveram oportunidade de estudar a Geografia nos livros elas aprenderam alguma coisa pela a sua própria experiência e

por outras pessoas as coisas do seu lugar e seu tempo, de outros espaços e de outros povos. Isso faz com que elas tenham uma “leitura de mundo”, construindo hipótese. E essa “leitura de mundo” que a Geografia busca desenvolver para os alunos jovens e adultos faz com que o indivíduo reveja a percepção que se tem do lugar e do espaço e a materialização das várias relações que explica o tempo e o lugar (ANTUNES, 2012)

Estudar esse espaço e conhecer a linha de relações a que se está sujeito e da qual se é sujeito é outro nome que se pode dar a “cidadania”. Explicar Geografia dessa forma é ensinar cidadania na Educação de Jovens e Adultos.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

O principal objetivo da pesquisa é buscar respostas para indagações feitas relacionada a determinado problema, e esse procedimento é formalizado através de métodos científico. Seguindo a lógica desse conceito, Gil (2008):

Pode-se portanto definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo envolvendo todos os aspectos relativo ao o homem em seus múltiplos relacionamentos com os outros homens e instituições.

A partir daí pode-se entender a importância da pesquisa, ela nos mostra que caminho devemos percorrer para solucionar antigos ou desconhecidos problemas, e com isso modificar uma realidade já ultrapassada que não condiz com o que de fato necessita. No nosso caso, é importante a pesquisa por que pretendemos revelar sobre o ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos.

#### 3.2 PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa tem sido alvo de crítica na visão de alguns estudiosos, pois ainda há dúvida em relação aos métodos usados para colher resultados. Mas nas últimas décadas pode-se notar uma considerável mudança, investiu-se mais na qualidade dos métodos, e conseqüentemente aumentou-se a credibilidade da pesquisa qualitativa. Mas ainda sim para alguns autores esses métodos possuem grandes falhas, pois afasta a metodologia do conteúdo crítico, por isso entende-se que não pode ter uma pesquisa qualitativa válida e crítica ao mesmo tempo. Richardson (2009) diz que:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de característica ou comportamento.

Seguindo a lógica desse conceito o presente trabalho usou da pesquisa qualitativa para melhor compreender a situação vivenciada na Educação de Jovens e Adultos da cidade de Serra Branca PB, na escola Senador José Gaudêncio, obtivemos resultados satisfatórios, pois

nos facilitou na compreensão dos resultados adquiridos colocando em questão a qualidade do ensino oferecido a esses jovens.

### 3.3 O QUESTIONÁRIO

O questionário é uma técnica de coleta de dados mais prática de trabalhar, ele tem diversas vantagens, como o fácil acesso de enviá-lo a qualquer lugar, é mais barato, não expõe ninguém. Mas também tem suas limitações, como por exemplo pode excluir pessoas iletradas, as perguntas podem não ser respondidas, e por falta de conhecimento do assunto as perguntas também podem não serem entendidas, por esses motivos pode-se não ter a garantia necessária que o trabalho precisa. Para Gil (2008) o questionário é:

Uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetida a pessoas com o propósito de obter informações sobre, conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (Gil, 2008, p.121)

Este trabalho usou do questionário com o objetivo de obter respostas sobre questões relacionadas ao ensino de Geografia na EJA da escola estadual Senador José Gaudêncio em Serra Branca PB, foram formuladas questões abertas e fechadas que referiam-se a fatos e atitudes sobre o ensino prestado na EJA, permitindo aos entrevistados que eles colocassem suas opiniões e desejos, no que diz respeito ao que eles esperam da educação, quais são suas limitações, e o que eles gostariam que fossem acrescentado em seus atuais contextos.

As questões apresentadas nesse questionário foram pensadas de forma que todas as pessoas envolvidas no ambiente da pesquisa fossem incluídas, havendo um grande cuidado de construir questões claras e objetivas para que não houvesse dificuldade na interpretação das perguntas, mas ainda sim obtivemos um pouco de dificuldade em relação as respostas, pois nota-se o medo das pessoas em apresentar uma resposta que venha prejudicar uma terceira pessoa.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva e interpretativa uma vez que esta é caracterizada correlação de fatos, buscando descrever as respostas obtidas pelos

questionários, mostrando através de gráficos e quadros os resultados a luz do referencial teórico.

## **4 A EJA NA ESCOLA SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO**

### **4.1 APRESENTANDO A ESCOLA SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO**

A E.E.E.M Regular Senador José Gaudêncio originou-se no ginásio comercial Wamberto Torreão, fundado em 1963 pelo Cônego João Marques Pereira, que foi seu primeiro administrador. A sua estadualização se deu no dia 06/03/1975, sob o decreto de criação n 6.450, registrado como Colégio Estadual de Serra Branca, sua autorização de funcionamento se deu pela a resolução do CCE, n 1.049, de 05/08/1984. A localização se da na Rua Boa Ventura Cavalcante Neto, n 79, centro no município de Serra Branca, região do cariri ocidental paraibana.

Em 2006 a escola passa por uma reforma e nos dias atuais ela funciona com auxílio de verba do governo federal/estadual do PDDE/FNDE, PNAE (merenda escolar), PDDE PB. Estas verbas são usadas para manutenção das partes físicas e pedagógicas, para garantir o desempenho das atividades escolares. Possui em sua estrutura física: 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala de coordenação, 01 sala para grêmio estudantil, 13 salas de aula, destas 09 funciona como salas de aula, 01 para sala de música, 01 para laboratório de matemática robótica e xadrez, 01 para depósito, 01 biblioteca com acervo de livros didáticos e literários, oriundos do FNDE que são utilizados por professores e alunos, 01 laboratório de ciências com equipamentos, 01 laboratório de informática com 20 computadores, 01 sala áudio visual com duas TVs e LCD, 04 datas show, 03 filmadoras, 01 máquina fotográfica digital, 03 notebooks, 08 câmeras de segurança, 01 lousa digital e 01 home theater, 01 cantina com 02 depósito, 01 quarto para arquivo da secretaria, 01 quarto para material de educação física, 01 sala para professores, 01 guarita, 01 quadra poliesportiva sem cobertura, 08 sanitários para alunos, 02 sanitários para cadeirantes, 02 sanitários para professores, 02 vestiários (feminino/masculino com banheiro) na estrutura externa possui 02 pavilhões, sendo 01 utilizado como refeitório e outro como auditório, passarelas com áreas livres.

Em sua estrutura administrativa pedagógica conta com 23 professores dos quais 18 são efetivos (01 de licença) 01 readaptado e 05 contratado, fazendo parte do ensino médio regular e EJA, todos com capacitação em sua área profissional, 24 funcionários de apoio, sendo 08 efetivos e 16 contratados. Dos efetivos, 03 está em equipe gestora, 01 na coordenação pedagógica. Conselho escolar atuante composto por 14 membros (representando alunos, professores, pais, funcionários, comunidade e equipe gestora e grêmio estudantil). Funciona

nos três turnos, o ensino médio regular, com horário de entrada manhã de 07h00min horas as 11h45min, tarde das 13h00min às 17h45min horas e a noite com horário de entrada as 6h50min e saída as 23h00min para o ensino médio regular e educação de jovens e adultos – EJA (ciclos V e VI); perfazendo um total de 428, assim distribuído: em 198 ensino médio regular manhã, 132 tarde, 98 noite, distribuídos nas seguintes turmas:

- ENSINO MÉDIO REGULAR MANHÃ
  - 1º série A e B.
  - 2º série A e B.
  - 3º série A e B.
- ENSINO MÉDIO REGULAR TARDE
  - 1º série C e D.
  - 2º série C e D.
  - 3º série C.
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOTURNO
  - Ciclo V
  - Ciclo VI

## RECURSOS FINANCEIROS

A escola continua recebendo federais do PNAE, PDDE, e recursos estaduais do PDDE-PB.

## DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

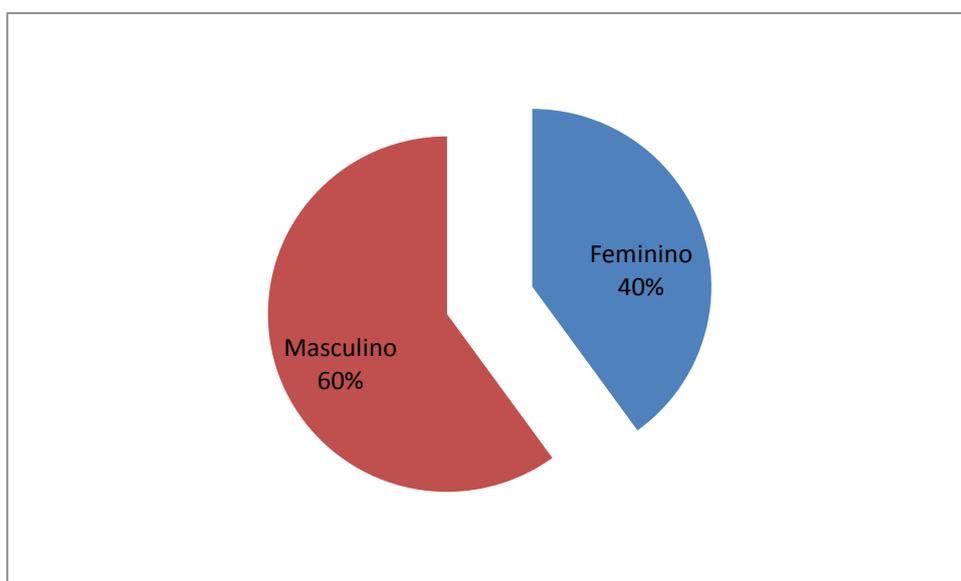
**Quadro 1 - As taxas de rendimento da escola**

ANO	ENSINO MÉDIO REGULAR			
	Aprovação	Reprovação	Desistente	Transferidos
2015	83,83	4,75	11,42	-
2016	83,49	10,76	5,74	-
2017	73,74	10,9	13,14	2,22

## 4.2 PERFIL DOS ALUNOS

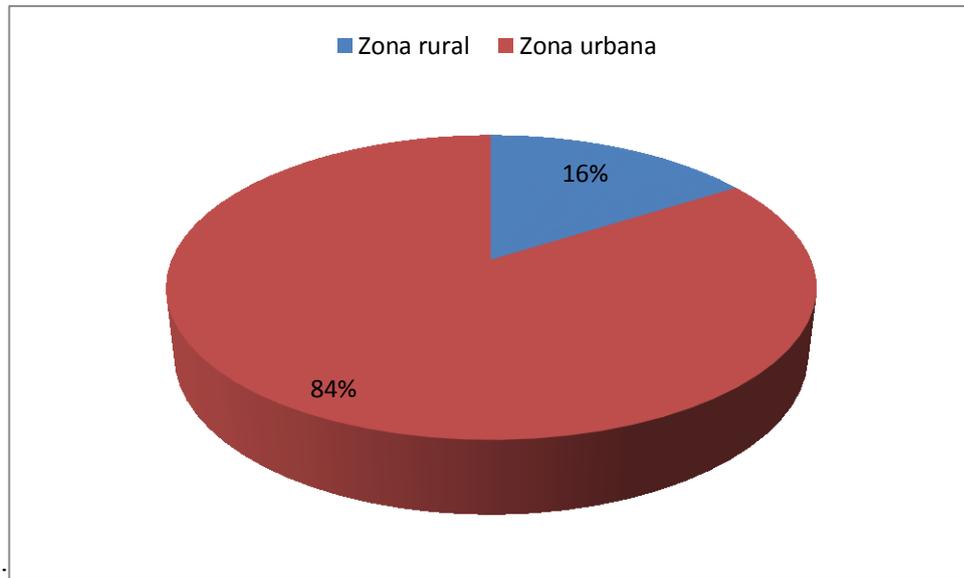
A pesquisa foi realizada com vinte e cinco alunos da EJA na Escola E.E.E.E Senador José Gaudêncio, no município de Serra Branca PB, foram formuladas dez perguntas de cunho avaliativo em relação ao ensino de Geografia na EJA. De acordo com o Gráfico 1, são vinte e cinco (25) alunos, sendo (10) dez do sexo feminino o que significa 40% e, quinze (15) alunos do sexo masculino que representa 60% do alunado.

**Gráfico 1 – Quantidade de alunos**



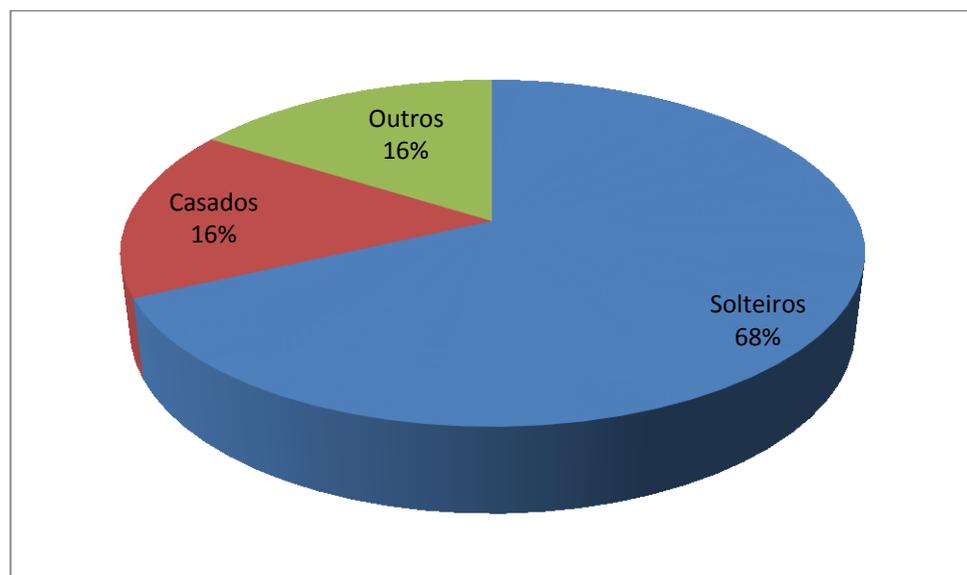
**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em relação da faixa etária, verificamos que a idade desses alunos varia entre 18 anos e acima de 31 anos. Em relação ao local de moradia, o Gráfico 2 mostra que quatro (04) alunos residem na zona rural que representa apenas 16%, e vinte e um (21) residem na zona urbana que é representado por 84% desses alunos. Tendo um predomínio de alunos residentes na zona urbana em relação à zona rural.

**Gráfico 2 - Moradias**

**Fonte:** Pesquisa de Campo

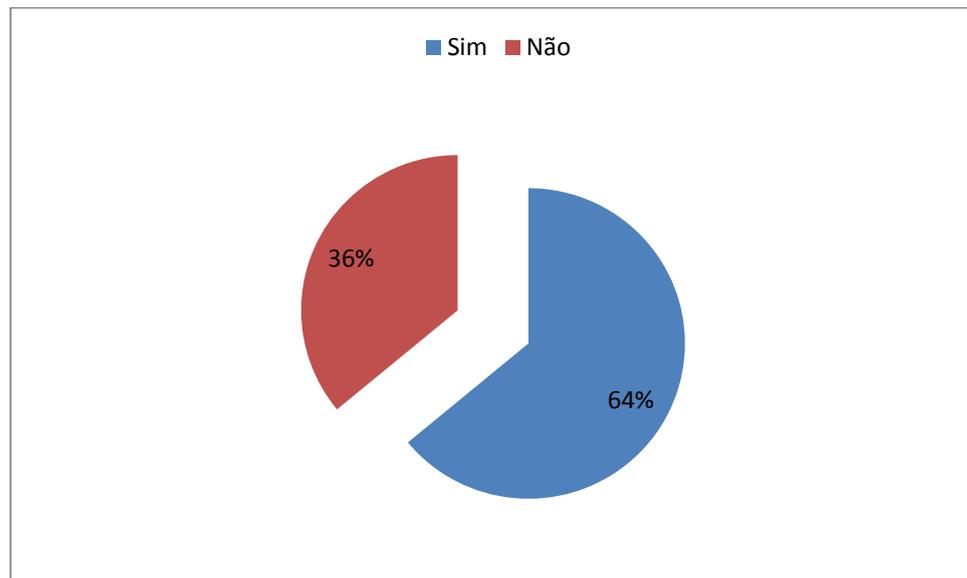
Em relação ao estado civil Gráfico 3, dezessete (17) desses alunos estão solteiros o que representa 68%, só apenas quatro (04) estão casados que são 16%, mais quatro desses alunos consideram-se de outras formas.

**Gráfico 3 - Estado civil**

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em relação ao trabalho Gráfico 4, dezesseis (16) alunos disseram que trabalham sendo no total de 64%, e nove (09) desses alunos disseram que não trabalham o que significa o total de 36%.

**Gráfico 4** - Quantidade de alunos que trabalharam



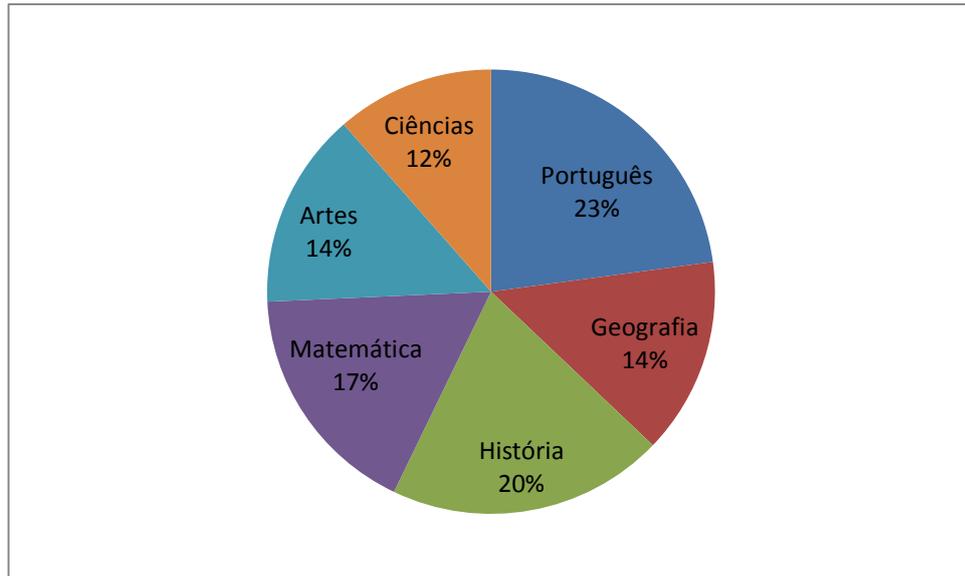
**Fonte:** Pesquisa de Campo

## 5 A GEOGRAFIA NA EJA NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola da qual realizamos essa pesquisa tem em seu contexto uma Geografia tradicional, onde é apresentado aos alunos uma educação de priori, o básico é o que vem sendo priorizado para os alunos da educação de jovens e adultos, pois esse “básico” é mais “prático”, levando em conta as condições em que a maioria se encontra de cansaço e fadiga, passar disso seria mais cansativo tanto para o professor quanto para os alunos.

O resultado dessa situação costumeira é uma educação defasada, incompleta, descontextualizada onde esses alunos não sabem sobre “**a geografia do seu próprio lugar**”, eles não tem ideia por exemplo que o armazenamento de água na zona rural do cariri como poço artesiano manual, as cisternas, barragens subterrâneas são estudos da Geografia e estudos de extrema importância para esses alunos, pois evidenciaria uma realidade mais próxima a eles e possivelmente traria um interesse maior por parte desses alunos, conhecer a realidade da qual estão inserido e analisa-la criticamente mostrar os pontos positivos e negativos dessa realidade, conhecer os seus territórios e entender o processo de construção de suas identidades.

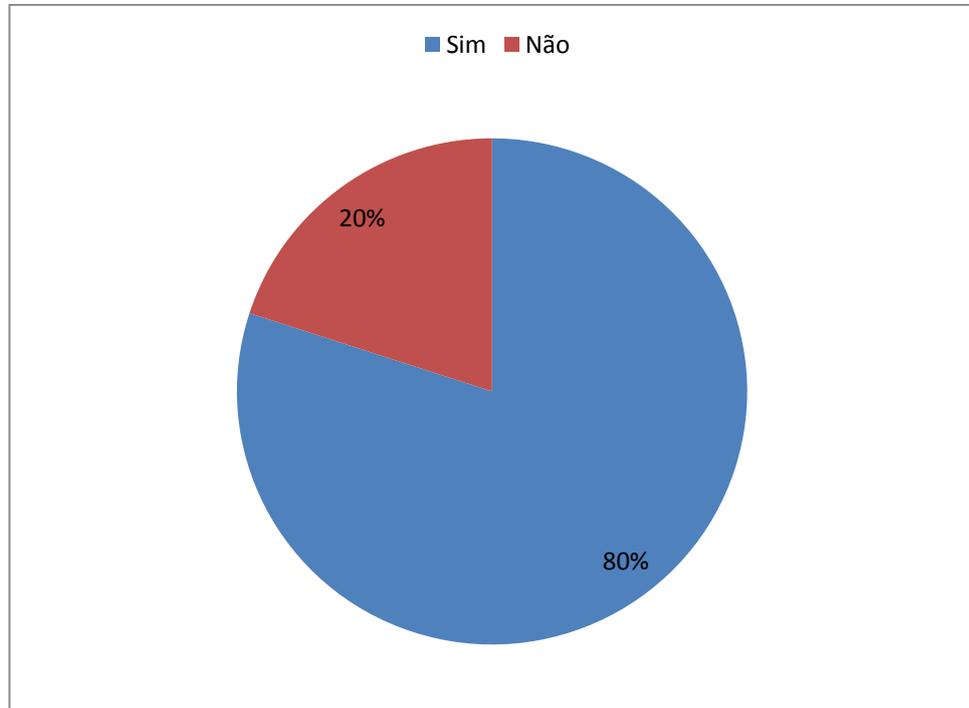
Essa é a educação em que deveria estar sendo apresentada para esses alunos uma Geografia que valorizasse a realidade de cada um onde o senso crítico pudesse ser totalmente desenvolvido. Desta forma, perguntamos qual a disciplina que eles mais gostam de estudar na EJA no contexto escolar que estão inseridos e obtemos as seguintes respostas como mostra o Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Disciplinas que mais gostam**

**Fonte:** Pesquisa de Campo.

Segundo o Gráfico 5, dos alunos entrevistados oito (08) disseram que gostam mais de Português o que significa 23%, cinco (05) que gostam mais de Geografia que é 14%, sete (07) que gostam mais de História que representa 20%, seis (06) que prefere Matemática ou seja 17%, cinco (05) optaram por Artes que é 14% e quatro (04) por Ciências que representa 12%. Destacando a disciplina de Português a preferência do alunado pesquisado.

Em relação ao estudo da Geografia. Dos alunos entrevistados vinte (20) responderam que sim, que gostam de estudar a Geografia, o que significa 80%, e cinco (05) responderam não gostam de estudar Geografia, representando 20% dos pesquisados.

**Gráfico 6 – Gostam de estudar Geografia**

**Fonte:** Pesquisa de Campo.

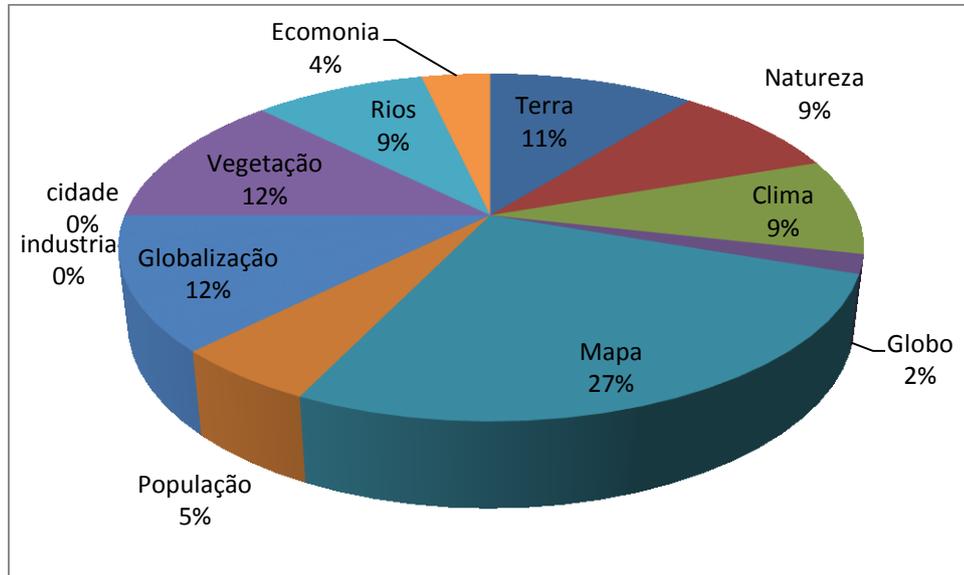
Em relação sobre o que a Geografia estuda, verificamos no Quadro 1, que boa parte dos alunos relacionaram o estudo da Geografia com os elementos da natureza, como, por exemplo, fatores climáticos, vegetação, planaltos, planícies e paisagens, sempre com um enfoque ambiental.

**Quadro 2 - Para você o que a Geografia estuda?**

<b>Respostas dos entrevistados</b>	
Alunos	
A	É uma ciência que estuda as características do planeta terra.
B	Característica da superfície terrestre, os fenômenos climáticos, e ação do homem no meio ambiente.
C	É o conhecimento mundial.
D	É a ciência que trata da descrição da terra.
E	Os planaltos e o clima.
F	É a ciência que estuda os continentes do planeta terra.
G	-
H	Os territórios.
I	Tudo que há em nosso planeta.
J	População, vegetação entre outros.
K	Descobrir mais sobre o planeta.
L	-
M	-
N	Tem por objetivo o estudo da superfície terrestre.
O	Estuda as características da terra.
P	As características da superfície da terra.
Q	Entender o modo em que vivemos estudar o lugar onde moramos.
R	Clima, vegetação, mapas, natureza e as características da superfície do planeta terra.
S	População e a terra.
T	Planície e planalto.
U	Todas as paisagens, as planície e planaltos.
V	O espaço geográfico e etc.
W	-
X	-
Y	-

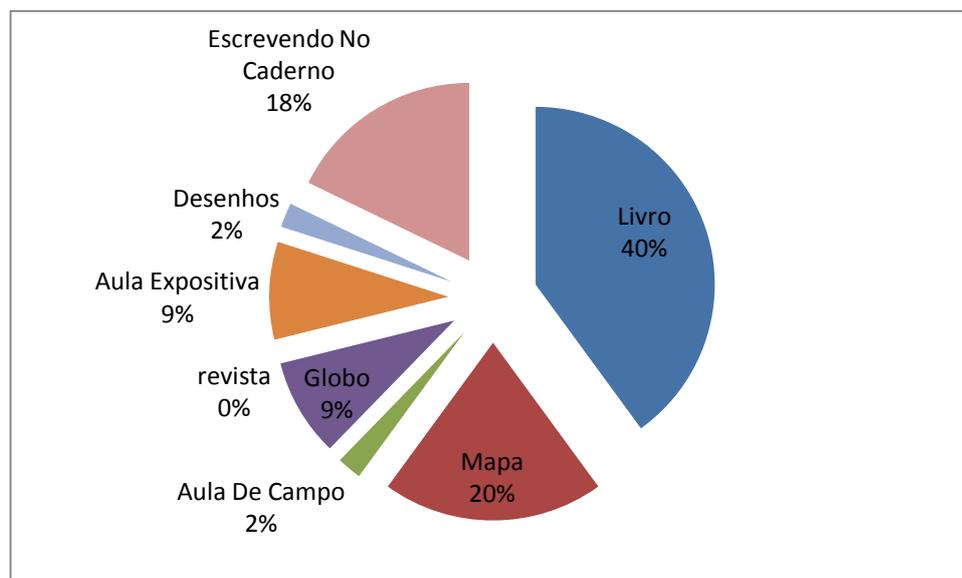
**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em relação a palavra que mais lembra a Geografia, o Gráfico 6, mostra que dos alunos entrevistados seis (06) responderam terra, que representam 11%, cinco (05) responderam natureza que é 9%, cinco (05) clima que também é 9%, apenas um (01) respondeu globo que significa 2%, quinze (15) disseram mapa que significa 27%, três (03) população que representa 5%, sete (07) desses alunos responderam globalização que representa 12%, sete (07) responderam vegetação que são 12%, cinco (05) responderam rios o que significa 9%, e dois (02) responderam economia o que significa 4%.

**Gráfico 7 – Palavras que mais lembra Geografia**

**Fonte:** Pesquisa de Campo.

Das palavras apresentadas a mais citada foi mapa, pois quinze (15) desses alunos responderam que essa é a que mais lembra Geografia. Levando em conta o contexto educacional em que esses alunos estão inseridos, nota-se que as respostas dadas foram baseadas na geografia Tradicional, mais adiante podemos confirma isso no gráfico 7, quando indagamos eles sobre qual a forma que esses alunos mais estudam Geografia, e quase metade responderam livro didático, sabendo que o livro didático não trás uma Geografia crítica onde descontextualiza a realidade do aluno prova-se que a geografia apresentada a eles é a tradicional.

**Gráfico 8 – Forma que estuda Geografia**

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Dezoito (18) desses alunos disseram que estudam através do livro que representam 40%, já nove (09) falaram que era através de mapas que significa 20%, apenas um (01) aluno respondeu aula de campo que representa 2%, quatro (04) alunos responderam globo que são 9%, quatro (04) responderam aula expositiva que significa 9%, apenas um (01) aluno respondeu desenho que significa 2%, oito (08) alunos responderam escrevendo no caderno que significa 18%. Segundo o gráfico o que mais apresentou nas respostas foi o livro, pois dezoito desses alunos disseram que estudam geografia pelo o livro didático.

### 5.1 A GEOGRAFIA ENSINADA SEGUNDO A PROFESSORA DE GEOGRAFIA DA ESCOLA

A professora Maria Rosalva Ribeiro de Assis, tem como formação licenciatura em Geografia, ela é efetiva e exerce a docência a 24 anos, lecionando as disciplinas de Geografia e Sociologia.

Maria Rosalva trabalha em uma única escola na cidade de Serra Branca PB. Segundo a professora, ela trabalha todos os conceitos operacionais da ciência geográfica em sala de aula, “e uma maneira que faça perceber a importância de cada um no cotidiano e em sala de aula de forma prática”.

Para ela os alunos da EJA apresentam dificuldade em quase todos os conteúdos de Geografia, por causa do cansaço eles apresentam um alto grau de dificuldade, e “cabe a ela fazer com que a aula se torne mais atrativa”.

Os métodos e técnicas que são utilizados nas aulas de geografia na EJA segundo Maria Rosalva são: aula expositiva, técnica de pesquisa e resposta, unidade de didática, trabalho de grupo, método de projetos, estudo dirigido e fixa de observação, desses métodos o que são mais trabalhados por ela são o estudo dirigido, trabalho em grupo e aula expositiva.

Para ela esses métodos são de grande importância pois as aulas se tornam mais participativa com mais interesse entre os alunos. Segundo Maria Rosalva os recursos didáticos mais utilizados por ela nas aulas de geografia são: cartazes, gravuras, data show, filmes, livro didático, músicas, biblioteca, aula de campo, quadro, giz, álbum seriado, computador e entrevistas.

## 5.2 SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA A EJA

O aluno da educação de jovens e adultos geralmente tem em seu cotidiano uma rotina agitada, pois uma boa parte desses alunos trabalham, tem família para sustentar, tem problemas a serem resolvidos e coisas naturais da fase adulta. A parte boa disso é que o aluno da EJA tem uma responsabilidade maior, ele sabe de fato a importância que tem aquele espaço escolar, mas não tem a noção do que fazer para vencer o cansaço e fadiga do dia, e acaba acomodando-se a situação rotineira de um baixo rendimento de aprendizagem, essa situação cabe também ao professor(a) que em sua maioria já tem uma rotina cansativa de trabalho, onde estão também desmotivado por motivos óbvios, pois estamos cansados de saber o quanto a profissão da docência é desvalorizada no Brasil.

Sabemos que são muitos os problemas, mas sabemos também que não podemos nos render a eles, a militância é o melhor caminho para mudar essa realidade e o primeiro passo é dar o nosso melhor em sala de aula. Por essa razão listei abaixo cinco atividades que pode chamar a atenção do aluno e estimular seu senso crítico no ensino de Geografia.

### 5.2.1 1ª Atividade

A primeira atividade sobre a Região Norte indicamos um jogo de palavras onde o professor vai identificar se os alunos já possuem “alguma ideia” sobre o tema, organizar os

alunos em dupla ou trio, estimular o pensamento dos alunos fazendo com que eles falem sobre seus conhecimentos e dúvidas, em seguida preparar duas ou três sentenças sobre o conteúdo sem informar ao aluno. Após selecionar essas questões, fragmenta-lás separando cada uma das palavras e escrevendo cada palavra em um quadro de papel, depois de amontoadas e fora de ordem, compõe o jogo de palavras veja o exemplo:

**Quadro 3** - Na região norte ou amazônica predomina o clima quente e úmido que, por sua vez, favorece o desenvolvimento de uma densa e emaranhada floresta.

Favorece	Predomina	Região	Densa	Úmido	Floresta	Vez	Ou
Clima	Na	Amazônica	Norte	Uma	O	Sua	Que
Por	E	Quente	E	Emaranhada	De	Desenvolvimento	O

Com várias cópias desse material pode ser formada algumas duplas e trios presente em classe basta entrega-los aos alunos destacando que sua tarefa, à imagem de quem monta um quebra cabeça, será tentar ordenar as frases em sentido lógico, podendo mudar o gênero, número e grau das palavras recebidas.

### 5.2.2 2ª Atividade

A segunda atividade é sobre a utilização da música em sala de aula, onde o professor (a) solicita que o aluno pesquise uma música em seu celular ou quem não tiver celular, tirar xerox da letra de uma música de qualquer estilo musical, mas que a letra represente uma crítica ou faça referência ao conteúdo apresentado pelo o professor como por exemplo: O conteúdo é urbanização e êxodo rural. A música será apresentada em sala de aula e o aluno vai discutir junto com o professor e os colegas qual a relação daquela música com o tema, por exemplo, um trecho da música Asa Branca de Luís Gonzaga.

Até mesmo a asa branca bateu asa do sertão então eu disse, adeus Rosinha guarda contigo meu coração. Hoje longe muitas léguas numa triste solidão espero a chuva cair de novo para mim voltar pro meu sertão. (Luís Gonzaga- Asa Branca).

Esse trecho representa muito bem a condição imposta ao nordestino da qual motivava o êxodo rural.

### **5.2.3 3ª Atividade**

A terceira atividade e a utilização do mapa, quando estuda-se território pode-se usar vários mapas, conforme o tema (físico, político, cultural, econômico etc.). A partir daí, o professor (a) pedirá para que a turma divida-se em grupo e, de acordo com o tema escolhido pelo professor (a) eles iram pegar os mapas e fazer uma apresentação perante a turma fazendo a leitura e a interpretação do tema escolhido no mapa.

### **5.2.4 4ª Atividade**

A quarta atividade construção de maquetes, nessa atividade o professor (a) pedirá para que a turma forme grupos, e dará o tema aos grupos por exemplo: tema urbano e rural, a turma se dividirá em dois ou três grupos grandes e, fará o trabalho em casa, mas apresentará na aula as suas maquetes interpretando-as conforme o tema.

### **5.2.5 5ª Atividade**

A quinta atividade a produção de desenhos, essa atividade é para ser feita em sala de aula e em grupo, mas o professor (a) pedirá que os alunos levem lápis de pintar e cartolina e, apresentará o tema após isso ele (a) irá solicitar que os grupos façam desenhos relacionados ao assunto e depois cada grupo terá dez minutos para apresentar o trabalho mostrando a ligação do desenho com o tema.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos levou a conhecer mais sobre as metodologias de ensino de geografia aplicada na rede pública para Educação de Jovens e Adultos no município de Serra Branca PB. O referido trouxe também um breve relato sobre o processo da educação de jovens e adultos no Brasil.

No contexto da pesquisa foi possível discutir sobre as metodologias de ensino as dificuldades enfrentadas, as transformações, e as técnicas. Apesar de algumas mudanças ocorrida no ensino da EJA ainda percorre na maioria dos casos um ensino tradicional. Por mais que a escola conte com uma gama de produtos tecnológicos e avançados o ensino de Geografia na EJA, ainda se prende ao livro de didático. Uma situação cômoda para alunos e professor (a), pois manter-se no ensino tradicional requer menos tempo para realizar um planejamento com situações didáticas diferentes tendo em vista que os professores já estão sobrecarregados e trabalham em mais de uma escola.

É óbvio dizer que é preciso o professor fazer uso de metodologias de ensino que motive os alunos trazendo sempre a ligação dos conteúdos com os seus cotidianos para que a disciplina se torne mais interessante, mas o que não podemos esquecer é que o professor (a) também precisa de motivação.

Os alunos pesquisados são em sua grande maioria da zona urbana do município de Serra Branca PB, ao todo contabiliza vinte cinco alunos, sendo quinze alunos do sexo masculino e dez do sexo feminino de faixa etária, entre dezoito anos e acima de trinta anos, 64% desses alunos trabalham, o conhecimento que eles tenham da geografia é o tradicional, pois o método de estudo mais usado por eles é o livro didático.

O estudo nos permitiu refletir sobre o ensino de Geografia da EJA na atualidade, pois ainda passa por grandes dificuldades, apresentando uma desmotivação por parte dos alunos, isso acontece devido as aulas estarem limitada ao livro didático que descontextualiza a realidade do aluno, e também devido aos alunos e professor (a) já estarem sobrecarregados.

Com a pesquisa verificamos que é de fundamental importância fazer a relação dos conteúdos com a realidade do aluno. Diante disso é possível estabelecer uma troca de conhecimento estimulando o senso crítico do discente para que ele construa uma visão de mundo através de sua realidade.

Por isso que é necessário deixar o aluno fazer suas colocações em sala de aula, para tornar o ambiente mais dinâmico e conseqüentemente uma aula mais rica, procurar fugir da

monotonia de uma aula parada que só o professor fala, quebrando o paradigma de que o professor é o dono do saber.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. **Educação de jovens e adultos: Aspectos históricos e sociais**. Rio de Janeiro: UERJ/UNICENTRO, 2015.
- ANDRADE, M. C. **Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANTUNES, Celso Antunes. **Geografia para educação de jovens e adultos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil. Educação e Sociedade**. Set. 2002, v. 23, n. 80, p.168-2000, Campinas. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 22 de abr. 2006.
- DELUIZ, Neisi. **O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo**. Boletim técnico do SENAC. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/273/boltec273b.htm>. Acesso em: 20/03/2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- HADDAD, Sérgio. **Relatório preliminar de pesquisa: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 2006.
- JESUS, A.S; SILVA, J.A.B; RODRIGUES, A.J.O. O Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Carvalho Neto em Simão Dias - SE. **Revista online – Caminhos da Geografia**, 2015.
- MOREIRA, R. Discurso do avesso: para a crítica da Geografia que se ensina. In \_\_\_\_\_. **A Geografia do Brasil que se ensina e o Brasil da Geografia que ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 103-143.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo, Ed. Cortez, 2005.
- RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROMANELLEI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973). In \_\_\_\_\_. **As leis organização do ensino**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 153-179.
- SILVA, Antonio; NETO, José Vieira. A Geografia na Educação de Jovens e Adultos: Estudo de Caso em uma escola de Catalão – GO. **Revista online – Caminhos de Geografia**, 2009. p. 23-36.

SILVA, A. C. A renovação Geográfica no Brasil - 1976/1983 (as Geografias crítica e radial em uma perspectiva teórica). In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo n. 60 2º Sem.1983-1º Sem. 1984. p. 76-78.

VALDERDE, O. Evolução da Geografia brasileira no após-guerra (Carta aberta de Orlando e Orlando). In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo n. 60 2º Sem.1983-1º Sem. 1984. p. 133.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores>. Acesso em: 17 de agosto, 2007.